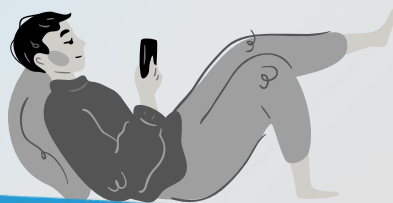


As melhores informações sobre geopolítica e meio ambiente

JORNAL



CTM

Solidário



3ª Edição
Agosto/2021

Créditos

Notícias:

Tulio Gonzaga (Notícia 1)
Giovanna Andrade (Notícia 1)
Camila de Paula (Notícia 2)
Laura Portugal (Notícia 3)
Isabela Moro

Dicas:

Bruno Henrique Alves
Isabela Moro

Formatação:

Isabella Paz da Silva
Juliana Scussel
Isabela Moro

sumário

- Afeganistão: permissão para a saída da população local é exigida por mais de 60 países
-> Páginas 4 - 5
- Indígenas denunciam tentativa de apagamento cultural e genocídio por parte de Bolsonaro
-> Páginas 6 - 7
- Baleia é encontrada morta em rede de pesca
-> Páginas 8 - 9
- Desmatamento na Amazônia: taxa é a pior da década, afirma Imazon
-> Páginas 10 - 11
- Dicas artísticas
-> Páginas 12 - 13

Afeganistão: permissão para a saída da população local é exigida por mais de 60 países

Em ação liderada pelos Estados Unidos, países pedem por uma retirada pacífica de cidadãos afetados pelo domínio do Talibã no Afeganistão.

Em declaração conjunta, **mais de 60 países exigiram ao grupo fundamentalista islâmico Talebã que afegãos e cidadãos internacionais residentes no Afeganistão sejam permitidos a retirar-se do país e que aeroportos e fronteiras sejam mantidos abertos.** Divulgado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos na noite de 15 de agosto, o documento agrega países como Alemanha, França, Itália, Japão e Reino Unido. O Brasil não assinou.

O depoimento diz que “aqueles em posição de poder e autoridade no Afeganistão possuem responsabilidade pela proteção das vidas e propriedades humanas, e pela restauração imediata da segurança e ordem civil.” Além disso, afirma que “**o povo afegão merece uma vida em segurança e dignidade**, da comunidade internacional, estamos preparados para providenciar assistência a eles.”

Ademais, o **Pentágono**, sede do Departamento de Defesa e centro de inteligência dos EUA, **autorizou o envio de mil soldados** para ajudarem na evacuação de civis estadunidenses e funcionários afegãos que trabalharam para o país em Cabul, em uma “missão focada somente em facilitar os esforços da evacuação e em assumir o controle do tráfego aéreo para facilitar a saída dos americanos.”, como disse o porta-voz do Pentágono, John Kirby.

Embora não tenha assinado a declaração, o Brasil informou, através do Itamaraty, que o **governo brasileiro estuda viabilizar o visto humanitário para os afegãos.** Esse documento, apenas permitido para sírios e haitianos, deve ser requerido nos consulados brasileiros no exterior e costumam ter uma tramitação rápida, o que facilita a autorização para residência e direito de trabalhar no Brasil.



Afegãos perseguem avião militar dos EUA em uma tentativa de fuga.

A declaração conjunta é consequência ao anúncio do fim da guerra no Afeganistão, divulgado pelo **Talebã** na manhã de domingo (15/08). O grupo conquistou o palácio presidencial de Cabul, a capital do país, e tem **controle político e militar sobre todo o território afegão**, após as tropas dos Estados Unidos retirarem-se do país às vésperas dos 20 anos de sua invasão.

Localizado no Oriente Médio, o Afeganistão é palco de guerras sucessivas desde 1979, quando a União Soviética envolveu-se militarmente no país para estabelecer seu domínio no conflito da Guerra Fria. Depois de uma década, as tropas soviéticas se retiraram do Afeganistão após lutarem contra o movimento de resistência islâmica apoiado pelos Estados Unidos, denominado Mujahideen. Os ex-combatentes desse movimento formaram um grupo extremista em 1994, o Talebã, cuja intenção era impor uma vertente rígida da Sharia, a lei islâmica.

Quando o grupo fundamentalista conquistou a cidade de Cabul, no ano de 1996, estabeleceram uma série de proibições culturais, como filmes e livros ocidentais, artefatos culturais e símbolos de outras religiões, por serem considerados uma ofensa a religião islâmica. Também criaram **práticas que ferem os direitos humanos** mais básicos e as mulheres foram impedidas de trabalhar e estudar, sendo obrigadas a se casarem e serem submissas ao marido.

O regime perdurou até 2001, quando os atentados de **11 de setembro**, que resultou na queda das Torres Gêmeas, em Nova Iorque, **motivaram os EUA a invadir o país e a retirar o grupo do poder.**

RELAÇÃO DO MUNDO COM O CONFLITO NO AFGANISTÃO

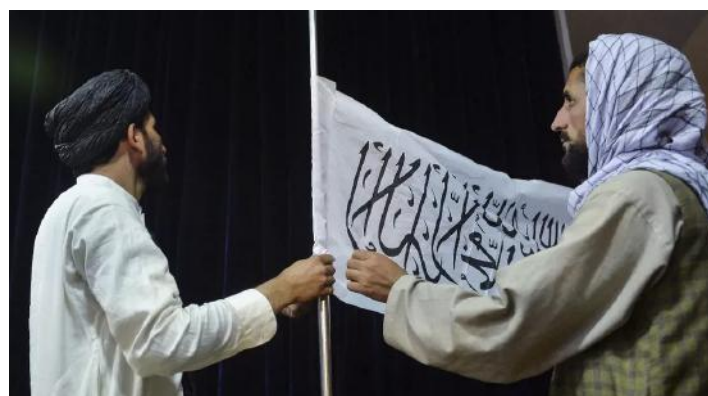
A Europa foi um dos primeiros continentes a se posicionar perante a situação atual do Afeganistão. Países como a Alemanha e Reino Unido anunciaram a **intenção de resgatar estrangeiros e afegãos aliados.** Além disso, o governo alemão suspendeu a ajuda financeira que fornecia à região – fonte financeira crucial para o desenvolvimento do país.

Em discurso, o presidente francês Emmanuel Macron expôs suas preocupações sobre o grupo extremista e afirmou que a desestabilização do Afeganistão poderá criar uma **crise migratória**. Segundo ele, “Iremos, portanto, tomar uma iniciativa, com a Alemanha e outros países europeus, para construir sem demora uma resposta robusta, coordenada e unida, que envolverá a luta contra os fluxos irregulares.”



Hua Chunying, porta-voz do Ministério de Relações Exteriores chinês

Em contrapartida, **a Rússia e a China, estão desenvolvendo relações amistosas com o novo governo do Afeganistão.** Enquanto a porta-voz do Ministério de Relações Exteriores chinês, Hua Chunying, disse respeitar os direitos do povo afegão e cooperar com o país, o encarregado russo, Zamir Kabulov, declarou que por ora “a situação está em perfeita calma”, e que a Rússia ainda está decidindo se reconhecerá ou não o Talebã.



Membros do Talebã hasteiam a bandeira do grupo no Afeganistão

Indígenas denunciam tentativa de apagamento cultural e genocídio por parte de Bolsonaro

Representantes indígenas entregaram denúncia contra o Presidente Jair Bolsonaro por crimes contra a humanidade e genocídio, acusando-o de tentar exterminar grupos indígenas.

Em 9 de agosto de 2021, **uma denúncia foi entregue ao TPI** (Tribunal Penal Internacional), parte de Haia – órgão judiciário da ONU- preparada pela Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). O documento conta com 150 páginas contendo palavras de repúdio contra **atos** supostamente **criminosos praticados pelo presidente Jair Bolsonaro**, aproveitando-se de sua posição de poder.

Condenado por uma série de crimes diferentes, **as principais acusações direcionadas ao governante estão relacionadas à falta de intervenção** - e, inclusive, facilitação - no desmatamento das matas, pouca ação governamental para o impedimento de que a crise de Covid-19 chegasse às tribos e **constante tentativa de excluir os povos do território e da cultura brasileiros**.

Segundo a declaração, o **presidente** teria não apenas corroborado para o aumento da violência contra as terras, cultura e saúde dos povos indígenas, como, também, teria sido o **principal responsável** por isso. Ela ainda afirma que todos os atos criminosos praticados por Bolsonaro teriam como intenção criar e implementar uma **“política anti-indígena”**.

"Desassistir a saúde indígena, promovendo e tolerando a contaminação dos povos indígenas, promover a violência, o sofrimento e a morte de povos indígenas, envidar esforços para o desaparecimento dos povos indígenas, na implementação de um projeto populista nacionalista de nação que não tolera a diversidade" são algumas das palavras utilizadas ao longo das acusações.

A Apib trouxe dados para ratificar suas acusações. Dentre eles, destaca-se o de que o **desmatamento na Amazônia teria crescido em até 70% durante o governo Bolsonaro**, passando de 650.000 hectares por ano entre 2009 e 2018 para 1.060.850 apenas no mandato do atual presidente. E o cenário não parece otimista: de acordo com o Boletim de Desmatamento da Amazônia Legal, cerca de 810 km² de desmatamento foram detectados apenas durante o período de março de 2021, contando com um aumento de 216% em relação ao mesmo período no ano anterior.

Quanto à saúde dos povos indígenas, de acordo com o documento, **Jair Bolsonaro teria se recusado sistematicamente a realizar barreiras sanitárias de proteção que fossem capazes de evitar que o vírus da Covid-19 chegasse às aldeias**. Por conta de políticas insuficientes, de acordo com dados de 30 de junho de 2021, cerca de 56.174 indígenas já foram infectados com a doença e 1.126 morreram, tendo afetado, aproximadamente, 163 tribos diferentes. A pesquisa traz ainda que a letalidade nos povos indígenas consegue atingir quase o dobro da taxa da população brasileira branca.



Indígena usando máscara com mensagem contrária a Bolsonaro.

De acordo com representantes da população, o líder do executivo brasileiro tinha “**pleno conhecimento que as atividades que ele pretende liberar são ilegais**, [...] porque destroem os biomas e as formas de vida humanas e não humanas que eles abrigam”.



Indígenas em protesto contrário a Bolsonaro.

Para classificar adequadamente os atos como genocidas, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil realizou consultas e debates com especialistas. Assim, a organização decidiu que Jair atenderia a todos os critérios universalmente considerados para validar uma acusação desse tipo. São esses:

1.o autor infligiu certas condições de vida a uma ou mais pessoas;

2.essa pessoa ou essas pessoas pertencia(m) ou pertence(m) a um grupo nacional, étnico, racial ou religioso particular;

3.o autor agiu com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso enquanto tal;

4.as condições de vida - que podem incluir, mas não se restringem a, privação deliberada de recursos indispensáveis à sobrevivência, tais como água, comida e serviços médicos - foram afetadas calculadamente para levar o grupo à destruição;

5.os atos se deram no contexto de um padrão de conduta semelhante dirigida contra o grupo ou a conduta era tal que podia causar por si mesma a destruição.

Como outra forma de reforçar sua tese, os indígenas indicaram ainda ao Tribunal que a Antiga Iugoslávia teria listado alguns atos puníveis como crimes de genocídio, entre eles a sujeição à dieta de subsistência, falta de cuidado médico adequado e criação de circunstâncias que levariam à morte, mesmo que indiretamente- como fome, doenças e falta de abrigo. Todos supostamente cumpridos pelo presidente, que teria utilizado a sua posição no poder público brasileiro para facilitar seus atos criminosos, segundo o grupo.

A **Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República disse que não comentaria o caso**. A explicação da Secom é baseada na alegação de que não tiveram acesso à denúncia.



Presidente Bolsonaro.



Manifestação indígena contrária ao atual governo.

Baleia é encontrada morta em rede de pesca

A baleia jubarte já estava em estado de decomposição quando a acharam em Santos, SP.

Na quinta-feira, 12 de agosto de 2021, uma **baleia jubarte** (*Megaptera novaeangliae*) foi encontrada morta em uma praia de Santos, São Paulo. O animal de quase 8 metros de comprimento já estava com sua **decomposição avançada**. A baleia, que era fêmea, estava encalhada na areia na Praia do Gonzaga.

Esse foi o **quarto registro de jubartes mortas** na Baixada Santista, apenas na **primeira metade do mês de agosto**, e não foi o único envolvendo restos de artigos pesqueiros (ou marcas de emaranho) pelo corpo.

O biólogo Eric Comin explicou que a costa brasileira está na **rota de migração** de mais de 20 mil baleias durante os meses de abril a setembro, quando a Antártica se torna um ambiente muito frio para elas. Nesse sentido, é normal **os casos de encalhamento aumentarem**.

Entretanto, as condições nas quais a baleia foi encontrada, assim como as demais que morreram antes dela, trouxeram à tona o debate sobre a **pesca fantasma**.

A pesca fantasma é o que acontece quando **apetrechos** utilizados para a ação extrativista proposital **são abandonados na água** e acabam por machucar e, diversas vezes, matar animais acidentalmente.

O artigo da Universidade federal do Ceará (UFC), 'Pesca fantasma: uma síntese das causas e consequências nos últimos 15 anos', explica que "**esses materiais ferem, mutilam e chegam a matar** centenas de milhares de baleias, focas, tartarugas marinhas e pássaros no mundo". O texto também cita o dado da World Animal Protection que estimou, em 2018, que mais de 640 mil toneladas de materiais pesqueiros sejam deixadas nos mares, todos os anos.



Baleia encalhada e sem vida em praia de Santos.



Tartaruga enrolada em rede de pesca, sofrendo os efeitos da pesca fantasma.

Um exemplo do problema do descarte é **Mancha de Plástico do Pacífico**, uma “ilha” formada unicamente por lixo. Composta por redes de pesca em cerca de 46% de seu total, mais da metade de seu volume vem de restos da indústria pesqueira derivados de petróleo, como mostra o documentário “Seaspiracy” de Ali e Lucy Tabrizi. A Mancha é completamente inabitável e aumenta de tamanho a cada dia. De acordo com estudo da revista Nature de 2018, a ilha tem uma área de aproximadamente 1,6 milhões de km² - três vezes o tamanho da França.

Esse método é uma subdivisão da chamada **pesca acidental**: toda captura de animal marinho não intencional. O mais comum na pesca acidental é o descarte do ser vivo logo após o erro ser cometido. Entretanto, há também os casos em que o descarte feito é o da rede, ocasionando a pesca fantasma.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estima que 10,8% de toda captura feita no mar é acidental e que cerca de 40% de tudo o que é pescado é descartado.

Dessa maneira, cetáceos, aves, moluscos, peixes e os mais diversos animais sofrem com os efeitos colaterais da pesca, ainda que apenas uma minoria venha a ser vista.

Como medida de contenção, há o **Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Santos (PMP-BS)**, conduzido pelo IBAMA. O objetivo do projeto é “avaliar os possíveis impactos das atividades de produção e escoamento de petróleo sobre as aves, tartarugas e mamíferos marinhos, através do monitoramento das praias e do atendimento veterinário aos animais vivos debilitados e coleta dos mortos.”, como informa seu site oficial. Para acionar o serviço de resgate de mamíferos, tartarugas e aves marinhas, há os telefones 0800-6423341 ou (13) 99711-4120.



Logotipo do PMP-BS



Parte da Mancha de Plástico do Pacífico.

Desmatamento na Amazônia: taxa é a pior da década, afirma Imazon

Levantamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia mostra que 10.476km² de floresta foram devastados nos últimos 12 meses.

No período de agosto de 2020 a julho de 2021, o desmatamento acumulado na Amazônia Legal (parte presente apenas no território brasileiro) teve uma taxa 57% maior que de agosto/2019 a julho/2020. A perda florestal foi de 10.476km² - equivalente a nove vezes a cidade do Rio de Janeiro -, o que também a configura como a pior dos últimos dez anos. Dados são do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).



Logo do Imazon

Segundo as estatísticas, o Pará foi o estado que mais devastou a floresta amazônica. Os 4.147km² de mata paraense perdidos indicam um aumento de 43% em relação à temporada anterior. No ranking, é seguido do Amazonas (1.831km²), Mato Grosso (1.536km²), Rondônia (1.352 km²) e Acre (927 km²), respectivamente.

A quantidade de floresta desmatada no Amazonas foi 62% maior do que no “calendário do desmatamento” – como é chamado o período de agosto a julho em que se analisa o avanço do desflorestamento – passado e foi especialmente alarmante. “Nestes últimos 12 meses, percebemos um intenso desmatamento na região do Sul do Amazonas. Isso ocorreu devido à escassez de grandes áreas de florestas em regiões que já foram devastadas anteriormente, em estados como Mato Grosso e Rondônia. Com isso, houve um deslocamento do desmatamento”, explicou a pesquisadora do Imazon Larissa Amorim.

APENAS EM JULHO



Parte da Amazônia paraense sendo desmatada e queimada.

O Imazon ainda divulgou os números referentes ao desmatamento da floresta amazônica apenas no mês de julho de 2021. De acordo com os dados, a Amazônia perdeu 2095km², uma área maior do que a da cidade de São Paulo, e a taxa foi 80% maior que a vista no mesmo mês do ano anterior. A marca foi a pior da década.

O Pará também foi o estado com os maiores índices, com 771 km² de floresta destruídos, o que representa 37% do registrado em todo o bioma. Além disso, a UF abriga sete das 10 terras indígenas e cinco das 10 unidades de conservação ambiental mais atingidas pelo desmatamento no período.

O Amazonas teve 19% da devastação mensal total. O terceiro, quarto e quinto lugar ficaram, respectivamente, com Rondônia (15%), Acre (15%) e Mato Grosso (10%). “Mato Grosso, por muitos anos, esteve entre os estados que mais desmataram na Amazônia, principalmente devido à conversão da floresta para o plantio de grãos. Porém, desde 2019, o Amazonas ocupou o segundo lugar do ranking, indicando um deslocamento dos desmatadores de áreas consolidadas para regiões com mais florestas disponíveis”, apontou Antônio Fonseca, pesquisador do Imazon.

A análise indicou que 63% do desmatamento ocorreu em áreas privadas ou sob diversos estágios de posse, 23% em assentamentos, 11% em unidades de conservação e 3% em terras indígenas.



Imagem do Imazon mostra desmatamento no Pará.

DEGRADAÇÃO NA AMAZÔNIA

De acordo com o site oficial, “o Imazon classifica o desmatamento como o processo de realização do “corte raso”, que é a remoção completa da vegetação florestal. Na maioria das vezes, essa mata é convertida em áreas para pecuária. Já a degradação é caracterizada pela extração das árvores, normalmente para fins de comercialização da madeira. Outros exemplos de degradação são os incêndios florestais, que podem ser causados por queimadas controladas.”

Os números do instituto apontaram que a degradação registrada na Floresta Amazônica somou 32km² em junho. 75% das matas degradadas se encontram no Mato Grosso, 19% no Pará, 3% no Acre e 3% no Amazonas.



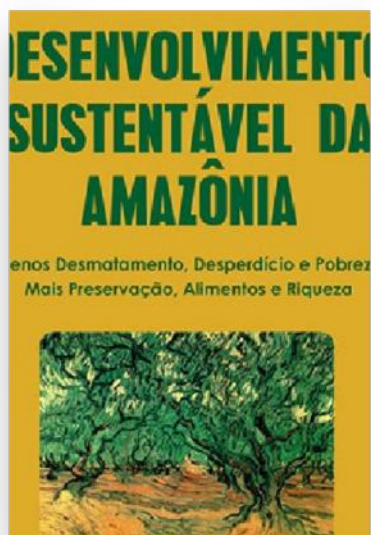
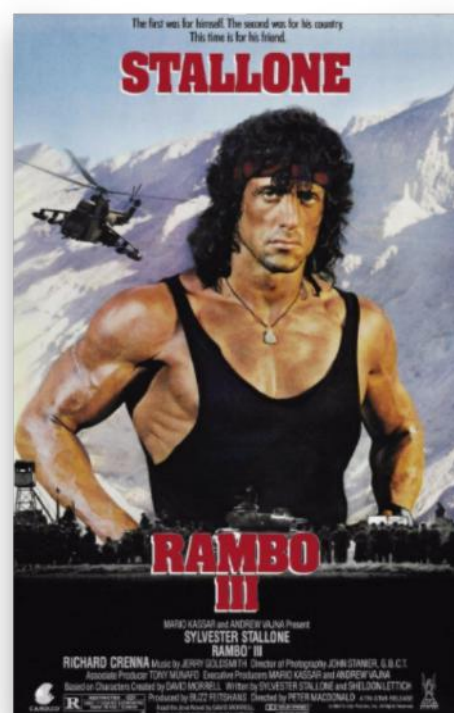
Vista aérea da Floresta Amazônica

Dicas Artísticas

Hora da Cultura: recomendações de filmes e livros

O filme acontece durante o avanço de tropas americanas no Afeganistão após a ocupação das forças soviéticas na década de 70 e 80. O ex-soldado John Rambo (Sylvester Stallone), ao ver seu antigo mentor, o Coronel Strautman, ser capturado pelas forças inimigas, avança com suas próprias mãos para resgatá-lo. O longa-metragem, em seu contexto, é uma propaganda a favor dos EUA e dos grupos afegãos rebeldes dessa guerra, ele mostra o contexto histórico do que mais tarde culminaria no surgimento do grupo fundamentalista Talibã que dominou o Afeganistão durante a década de 90 e recuperou seu poder recentemente. Durante a guerra, os EUA fortaleceram os rebeldes com recursos e treinamento, criando assim um âmbito propício para uma teocracia. Disponível na Netflix (streaming), Apple iTunes (aluguel e download), Microsoft Store (aluguel e download) e Google Play Movies (aluguel e download).

Filme: Rambo III



Livro: Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

Este livro de Rinaldo Segundo, mestre em direito pela Harvard, apresenta os problemas do aquecimento global e do desmatamento amazônico, discute os pressupostos de um modelo de desenvolvimento sustentável, e, principalmente, do nosso modelo para a Amazônia e apresenta e analisa as propostas.



Documentário - *Seaspiracy: Mar Vermelho*

O documentário revela algumas verdades alarmantes e pouco conhecidas sobre o impacto da presença humana no ecossistema marinho. O plano do cineasta Ali Tabrizi era celebrar os oceanos, mas o projeto rapidamente se transformou em uma análise dos danos que a população humana vem causando ao ecossistema marinho e, por extensão, ao planeta inteiro: o descarte de plásticos e de equipamentos de pesca que poluem as águas, os danos irreparáveis de técnicas como a pesca accidental e a pesca de arrasto e, por último, os perigos da pesca ilegal e outras práticas de caça. “Seaspiracy: Mar Vermelho” não é um documentário que apenas questiona algumas noções já estabelecidas, como a pesca sustentável; é um alerta para todos aqueles que se importam com a vida marinha e com o futuro do nosso planeta. Disponível na Netflix (streaming).

Livro: “A queda do céu – Palavras de um xamã yanomami”, Davi Kopenawa e Bruce Albert

O livro registra a vida e os pensamentos do líder e xamã yanomami que é uma das personalidades indígenas brasileiras mais conhecidas no mundo hoje. Kopenawa é um porta-voz dos povos da Amazônia que lutam contra as novas invasões coloniais representadas pela mineração, a extração de madeira, o agronegócio e as grandes hidrelétricas.

